



Novo prazo para repatriar bens será votado amanhã

Plenário do Senado decidirá sobre projeto que permite regularização de recursos não declarados mantidos no exterior. Pauta da semana inclui PEC da Desburocratização

O projeto que abre a pauta de votações da semana é o que trata da repatriação de recursos mantidos no exterior sem a devida declaração às autoridades tributárias. Para a regularização, o texto prevê o pagamento de multa e imposto. Parte da arrecadação irá para estados e municípios. Ainda nesta semana, devem ser votadas a PEC da Desburocratização e outra sobre medidas provisórias que gerem desequilíbrio financeiro de contratos. **4**



Eunício conduz sessão: votar a repatriação é compromisso com governadores

Jefferson Rudy/Agência Senado



Marcelo Camargo/Agência Brasil

Indicado para o STF, Alexandre de Moraes será sabatinado amanhã

Pela internet, cidadão envia perguntas a Moraes

Alexandre de Moraes, indicado para o posto de ministro do Supremo Tribunal Federal, será sabatinado amanhã, às 10h, pelos senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Os cidadãos podem participar enviando perguntas a Moraes pela internet.

Até a sexta-feira, o Portal e-Cidadania, do Senado, havia recebido 780 perguntas destinadas ao sabatinado. Os questionamentos abordaram temas como corrupção, aborto e drogas. Se for aprovada na CCJ, a indicação de Moraes ainda terá que obter o aval do Plenário do Senado. **3**

Ministros participam de debate sobre parcerias nos transportes

A medida provisória que trata da prorrogação ou relicitação dos contratos de parceria do Programa de Parcerias de Investimentos para os setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário

será debatida amanhã com os ministros da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco, e dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella. **4**



Roque de Sá/Agência Senado

Senador Ataídes e deputado Souza são presidente e relator da comissão



Ronaldinho Silver/AGECOM

Levantamento apontou falta de Unidades Especializadas de Atendimento

Estudo aponta que maioria das mulheres assassinadas é negra

Estudo realizado pelo Observatório da Mulher contra a Violência traz compilação inédita de indicadores nacionais e estaduais sobre

violência contra a mulher. Só em 2014, foram assassinadas 4.832 mulheres em todo o país, sendo que 62% delas eram pardas ou negras. **2**

Proposta torna público Imposto de Renda de servidor

A Comissão de Constituição e Justiça vai analisar projeto que permite acesso público aos dados da declaração do Imposto de Renda de servidor público que ocupe cargo de livre nomeação ou que tenha poder para autorizar empenho e pagamento de despesas. Para o autor, Otto Alencar, a divulgação da declaração em diário oficial e no site dos órgãos na internet permitirá ampla publicidade à evolução patrimonial do agente público e dificultará desvios. **3**

Sessão especial vai lembrar 100 anos de Roberto Campos

O economista, diplomata e político cuiabano Roberto Campos será homenageado pelo Senado em 17 de abril, data em que completaria 100 anos. O requerimento é de Cidinho Santos.

O homenageado, que foi senador de 1983 a 1991, também ocupou os cargos de deputado federal, ministro do Planejamento no governo Ernesto Geisel e embaixador do Brasil em Washington e Londres. **2**

Projeto diminui tributos sobre agência franqueada dos Correios

Proposta que torna mais clara a relação tributária das operações realizadas pelas agências franqueadas dos Correios está em análise na Comissão de Assuntos Econômicos. A proposta define as atividades dos

franqueados como auxiliares ao serviço postal, estipulando tributação de acordo com o percentual de venda. Isso isenta as franqueadas de tributação mais pesada cobrada sobre intermediação de negócios. **4**

Agência dos Correios em Brasília: segundo as franqueadas, a indefinição sobre a natureza do serviço postal auxiliar provoca sobrecarga tributária



Elza Fúza/Agência Brasil

Em 2014, a taxa foi de 4,6 assassinatos para cada 100 mil mulheres no país. Do total de vítimas, 62% eram pretas ou pardas. No mesmo ano, foram registrados 50.438 estupros em todo o Brasil

Estudo traz dados sobre violência contra a mulher

EM TODO O país, 4.832 mulheres foram assassinadas em 2014. Só em São Paulo, onde foi registrado o maior número de casos, houve 613 homicídios. Em quase todos os estados, à exceção do Paraná, a maioria das vítimas era preta e parda. É o que revela o *Panorama da Violência contra as Mulheres no Brasil*, uma compilação inédita de indicadores nacionais e estaduais realizada pelo Observatório da Mulher contra a Violência, ligado ao Instituto DataSenado.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Números mostram que 11 anos depois da Lei Maria da Penha pouco se avançou

O estudo analisou o número de homicídios de mulheres registrados em 2014 no Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde. A taxa foi de 4,6 assassinatos para cada 100 mil mulheres no país. Do total de vítimas, 62% eram pretas ou pardas.

Amapá, Pará, Roraima, Pernambuco, Piauí e Espírito Santo apresentaram taxa de homicídio de mulheres pretas e pardas mais de três vezes superior à de mulheres brancas.

O documento verificou que, de 2006 a 2014, a violência letal contra mulheres brancas foi reduzida em 3%. No mesmo período, a taxa de homicídios de mulheres pretas e pardas aumentou cerca de 20%.

Violência sexual

Foram registrados 50.438 estupros no Brasil em 2014, 48,1 casos a cada 100 mil mulheres. As Regiões Norte e Sul apresentaram os maiores índices de estupro, em comparação com o resto do país. Acre, Mato Grosso do Sul e Roraima tiveram registros de ocorrências superiores ao dobro da média nacional.

O estudo também mostrou uma disparidade: em Goiás, Espírito Santo, Paraíba e Rio Grande do Norte, os quatro estados em que as taxas de homicídios de mulheres foram superiores à média nacional, os registros de estupro são inferiores à metade da média no país.

“É imprescindível aprofundar a análise para entender se

isso é retrato de uma distinta configuração da violência nesses estados, ou se é consequência de outras variáveis, como questões culturais ou operacionais que podem influenciar nos níveis de registro ou subnotificação das ocorrências de violência sexual”, avaliam os autores da pesquisa.

Atendimento

Também foi realizado levantamento inédito do número de Unidades Especializadas de Atendimento (UEAs) em funcionamento e do montante de recursos repassados por meio de convênios assinados com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vigentes a partir de 2006, com valores atualizados referentes a novembro de 2016.

Enquanto Acre, Amapá, Distrito Federal e Tocantins apresentam mais de três Unidades Especializadas de Atendimento em funcionamento para cada grupo de 100 mil mulheres, mais do que o triplo da média nacional, os outros estados apresentam um número relativamente reduzido de UEAs em funcionamento.

Em relação aos recursos empregados entre 2006 e 2016, a média nacional no período ficou em R\$ 4,19 por mulher. O Piauí foi o estado que menos recebeu em repasse pela União, totalizando R\$ 1,59

por mulher nesse período de 11 anos. Mesmo no caso do estado que mais recebeu recursos em termos relativos, o Acre, o repasse foi de R\$ 30,21 por mulher, inferior a R\$ 3 por mulher a cada ano.

Ocorrências

O relatório traz números relativos a boletins de ocorrência registrados em cada estado e o número de homicídios de mulheres registrados de acordo com a lei. Mas a análise dos registros de ocorrências policiais sobre a configuração da violência contra as mulheres no âmbito estadual ficou comprometida pela ausência de informações de 12 dos 27 estados.

Para o Observatório da Mulher, uma avaliação rigorosa das particularidades estaduais da violência contra as mulheres passa por uma melhor uniformização, sistematização e transparência dos registros administrativos desse tipo de violência, especialmente em relação às ocorrências registradas pelos policiais civis dos estados.

A carência de informações sistematicamente organizadas impede uma análise comparativa entre as estratégias de intervenção governamental adotadas em cada estado.

Veja o documento na íntegra: <http://bit.ly/relatoriomulher>

Senado fará sessão especial para homenagear Roberto Campos

O Senado fará uma sessão especial no dia 17 de abril para homenagear o centenário de nascimento do ex-ministro e ex-senador Roberto Campos (1917-2001).

De Cidinho Santos (PR-MT), o requerimento para a realização da sessão foi aprovado no Plenário do Senado na quinta-feira.

Nascido em Cuiabá em 17 de abril de 1917, Roberto Campos foi economista, diplomata e político, tendo ocupado os cargos de senador (1983-1991), deputado federal (1991-1999) e ministro do Planejamento (1964-1967).

— Sua participação na vida política e econômica do país foi de extrema importância. Criou, por exemplo, em conjunto com outros, o Banco Central do Brasil, o FGTS e o Estatuto da Terra — destacou Cidinho Santos.

Um dos mais influentes economistas da história do Brasil, Roberto Campos exerceu funções importantes ao longo de décadas. Trabalhou no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954), tendo sido um dos criadores do atual Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do qual foi presidente.

No governo de Juscelino



J. Gomes

Roberto Campos em foto de 1959: homenageado foi senador e ministro

Kubitschek (1956-1961), teve participação importante no Plano de Metas, sendo um dos coordenadores de seus grupos de trabalho.

Roberto Campos foi ministro do Planejamento no governo do general Humberto Castello Branco (1964-1967), quando participou do grupo que criou o Banco Nacional da Habitação (BNH), o salário-educação, o cruzeiro novo e a indexação de preços na economia por meio da correção monetária pelas Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs).

Campos foi ainda embaixador do Brasil em Washington durante o governo de João Goulart (1961-1964) e em Londres no governo do general Ernesto Geisel (1974-1979).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEG TER QU

PLENÁRIO Sessão de discursos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa Diretora.

CCJ Sabatina para o STF

10h A comissão sabatina Alexandre de Moraes, indicado para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal.

MP 752/2016 Contratos de parceria

14h Audiência pública interativa para discussão da MP que prorroga contratos de parceria. Entre os convidados, os ministros Maurício Quintella e Moreira Franco.

MP 747/2016 Radiodifusão

14h30 Comissão da MP sobre serviços de radiodifusão apresenta relatório.

CCJ Conselho de Nacional de Justiça

10h Na pauta de 40 itens, indicação de Maria Tereza Uille Gomes para o CNJ.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Coordenadora-geral: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burre
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Cidadão questiona Moraes sobre droga e aborto

Até sexta-feira o Portal do Senado recebeu cerca de 780 manifestações de internautas para a sabatina, amanhã, do indicado a ministro do STF

EM CERCA DE 780 manifestações registradas no Portal e-Cidadania até a manhã de sexta-feira, cidadãos questionam Alexandre de Moraes, indicado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre temas polêmicos que estão na agenda da Corte, como a legalização da maconha, a descriminalização do aborto e o combate à corrupção.

O indicado será ouvido amanhã na Comissão de Constitui-

ção, Justiça e Cidadania (CCJ), a partir das 10h, e o canal para perguntas e comentários dos internautas permanecerá aberto até o final da sabatina.

Moraes foi indicado pelo presidente da República, Michel Temer, para ocupar a vaga decorrente da morte de Teori Zavascki, em 19 de janeiro.

Maconha

Os internautas querem saber como o indicado, caso seja confirmado ministro do STF, se posicionará sobre ação que pode vir a liberar o consumo de maconha no Brasil.

O julgamento do caso no STF foi suspenso por pedido de vista apresentado na ocasião

por Teori Zavascki, cabendo ao ministro que o substituir o papel de recolocar a matéria em exame.

Polêmicas

A descriminalização do aborto é outro tema que divide opiniões e que está na agenda do Supremo. Internautas perguntam se Moraes acompanharia ou não decisão da Primeira Turma da Corte, que considerou não ser crime a interrupção consentida da gravidez até o terceiro mês de gestação. A decisão, tomada no final de 2016, tem efeito restrito ao caso que estava em exame, mas pode influenciar outros julgamentos.

Outro tema frequente nas manifestações dos internautas foi o combate à corrupção e, em especial, as delações na Operação Lava Jato.

Moraes foi indagado, por exemplo, sobre sua posição quanto à punição do caixa dois nas campanhas eleitorais, caracterizado como a arrecadação paralela à contabilidade exigida pela lei eleitoral.

Tese e PCC

Muitos internautas também pedem explicações a Moraes pelo fato de ter se licenciado



Alexandre de Moraes, que será sabatinado na Comissão de Constituição e Justiça

por 30 dias do cargo de ministro da Justiça ao ser indicado, em 6 de fevereiro, para o STF, num momento de paralisação de policiais no Rio de Janeiro e no Espírito Santo.

Também há questões referentes a Moraes ter defendido em sua tese de doutoramento que um membro do governo não deveria ser indicado para o STF. Alguns internautas perguntam se ele vai se declarar impedido quando tiver que julgar processos que envolvam partidos políticos.

Outros cidadãos perguntam se o indicado, quando na advocacia privada, teria tido

como cliente empresa ligada à organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), como noticiado na imprensa.

Todas as perguntas e comentários são de acesso público e podem ser visualizados no Portal e-Cidadania.

As manifestações dos internautas são enviadas ao relator da indicação na CCJ, Eduardo Braga (PMDB-AM). Os demais senadores que integram a comissão também poderão encaminhar ao indicado questões enviadas pelos cidadãos.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar dela

Depois de votada em comissão, indicação seguirá para o Plenário

O regimento prevê que cada senador terá dez minutos para questionar o sabatinado e este, o mesmo tempo para resposta, cabendo ainda réplica e tréplica de cinco minutos.

Após a arguição, a indicação passará por votação secreta na CCJ. Se aprovada

na comissão, a indicação será enviada ao Plenário e submetida aos 81 senadores, também em voto secreto.

Para se tornar ministro do Supremo, Alexandre de Moraes precisa receber pelo menos 41 votos de aprovação, maioria absoluta do Senado.

Projeto quebra sigilo fiscal de servidor público

Projeto de lei que começa a tramitar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) permite acesso público aos dados da declaração do Imposto de Renda Pessoa Física de pessoas que, no setor público, ocupem cargo de livre nomeação ou que tenham poder para autorizar empenho e pagamento de despesas. O PLS 446/2016 é de autoria de Otto Alencar (PSD-BA).

Ao justificar a medida, o senador ressalta o poder que esses agentes públicos detêm por força do cargo. Segundo ele, esse poder se concretiza na tomada de decisões estratégicas e também no manejo de recursos orçamentários que podem impactar diversos segmentos da população.

“Essas circunstâncias tornam os mencionados agentes suscetíveis a pressões ilegítimas que podem resultar no malferimento da moralidade pública”, justifica Otto Alencar.

O projeto acrescenta novo dispositivo à Lei de Acesso à Informação. A norma possibilita a qualquer pessoa física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, receber informações dos órgãos ou entidades públicas, exceto aqueles legalmente definidos como sigilosos.

“Entendemos que o estágio atual da política nacional, que



Para Otto, no caso das contas públicas, a moralidade deve prevalecer sobre a inviolabilidade do sigilo de dados pessoais

contempla ampla participação da sociedade na definição dos rumos do país e no combate aos crimes contra à administração pública, exige ênfase maior ao princípio da publicidade, exatamente nos termos propostos pela Lei de Acesso à Informação”, pondera Otto.

Para ele, a divulgação da declaração do Imposto de Renda em diário oficial e nos sites na internet dos órgãos e entidades em que a pessoa estiver exercendo suas funções permitirá ampla publicidade à evolução patrimonial do agente público. Assim, observa, a medida se transformará em importante instrumento de fiscalização.

O autor rejeita argumentos de que o projeto seria “atentatória ao direito à intimidade dos agentes públicos”, um dos direitos individuais inscritos na Constituição, e afasta alegação de que o texto possa ferir o direito à inviolabilidade do sigilo dos dados pessoais, outra garantia constitucional.

Direitos

Otto diz que a doutrina constitucional sustenta a inexistência de direito absoluto na Carta Magna. Segundo ele, o julgador deve ponderar qual a solução mais adequada quando se verifica possível colisão entre dois grupos de direitos

igualmente protegidos — no caso, de um lado, moralidade e publicidade, e de outro, intimidade e sigilo dos dados.

Para ele, a melhor alternativa é “fazer prevalecer o grupo de direitos socialmente mais relevantes na circunstância tratada”. Na situação de que trata o projeto, ele entende que o valor maior é o princípio da moralidade e da publicidade, daí a decisão de propor a divulgação dos dados patrimoniais dos agentes públicos.

O projeto aguarda designação de relator na CCJ, onde será votado em decisão terminativa. Se for aprovado, poderá seguir para análise na Câmara.

Congresso precisa rever foro privilegiado, avalia Ana Amélia

Ana Amélia (PP-RS) disse que está na hora de o Congresso analisar proposta que mude as normas do foro privilegiado. A senadora manifestou apoio à posição defendida pelo ministro do STF Luís Roberto Barroso, para quem deputados, senadores e ministros deveriam ter foro privilegiado apenas para os crimes cometidos durante o exercício do mandato.

A proposta foi defendida por Barroso em um despacho enviado ao Plenário do Supremo. Para Ana Amélia, que já defendeu o fim do foro privilegiado em todos os casos, a ideia de Barroso se apresenta como “um caminho equilibrado entre a impunidade e a responsabilidade na hora aguda”.

— Por essa linha de interpretação, o foro privilegiado ganha caráter excepcional, limitando-se especificamente aos crimes que foram cometidos durante o mandato de políticos e que dizem respeito estritamente ao desempenho daquele cargo — disse a senadora.



Pedro França/Agência Senado

Projeto sobre repatriação de recursos deve ser votado amanhã no Plenário

Também podem ser analisadas nesta semana as propostas sobre desburocratização para pequenas empresas e edição de medidas provisórias que causem desequilíbrio financeiro

DEVE SER DEFINIDO amanhã o novo prazo para adesão à regularização de recursos mantidos sem declaração ou enviados ilegalmente ao exterior. O projeto que trata do assunto foi aprovado pela Câmara no dia 15 e voltou para o Senado, para análise das mudanças feitas pelos deputados no texto original (PLS 405/2016).

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, explicou que a prioridade para a votação do substitutivo (SCD 1/2017) é compromisso firmado com governadores. Parte dos recursos arrecadados (46%) deve ser repassada a estados e municípios, de acordo com o texto.

— Já mandei pautar a repatriação de ativos — informou.

O projeto da repatriação, de Renan Calheiros (PMDB-AL), foi aprovado pelo Senado no ano passado. Na Câmara, os deputados fizeram uma das principais mudanças: a retirada da proibição expressa de que políticos com mandato possam aderir ao programa.

De acordo com a nova versão do texto, o prazo para a repatriação passou de 38 para 120 dias, que serão contados a partir da data de regulamen-



Eunício anuncia que prioridade na análise da regularização de ativos mantidos no exterior é compromisso com governadores

tação do tema pela Receita. O patrimônio a ser declarado será aquele em posse do declarante em 30 de junho de 2016. A data prevista no texto do Senado era dezembro de 2015.

Polêmica

A tributação total também mudou. Enquanto a primeira versão aprovada no Senado previa 17,5% de Imposto de Renda e 17,5% de multa, o novo texto estabelece 15% de imposto e 20,25% de multa. Dos valores arrecadados com a multa, 46% serão repartidos, por meio dos fundos de participação (FPE e FPM), com os estados e os municípios. O texto original previa 49%.

O ponto mais polêmico do projeto era a autorização para que cônjuges e parentes de políticos com mandatos aderissem ao programa. Durante a

tramitação no Senado, a autorização expressa para a adesão havia sido retirada. Na Câmara, o relator, deputado Alexandre Baldy (PTN-GO), incluiu a autorização no texto, mas ela foi retirada durante a votação em Plenário.

Também foi excluída do texto a proibição para que a lei de regularização se aplicasse a mandatários do Legislativo e do Executivo de todos os Poderes, assim como a agente público da administração direta ou indireta no exercício de seu mandato ou investido em cargo, emprego ou função em 14 de janeiro de 2016.

PECs na pauta

Também estão na pauta três propostas de emenda à Constituição. Duas delas tramitam com calendário especial em razão de acordo de líderes. Outra ainda precisa passar por quatro

sessões de discussão antes de ser votada em primeiro turno.

A PEC da Desburocratização (PEC 57/2016), uma das que têm tramitação de urgência, simplifica as exigências fiscais e tributárias dirigidas a microempresas e empresas de pequeno porte, especialmente em municípios menores.

A PEC 111/2015, de Renan, que proíbe a edição de medidas provisórias que gerem desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, também já está na pauta do Plenário.

Ainda aguarda discussão a PEC 61/2015, de Gleisi Hoffmann (PT-PR), que permite que emendas parlamentares ao Orçamento da União sejam destinadas diretamente aos FPE ou ao FPM. Atualmente as emendas são direcionadas a projetos específicos, como obras, por exemplo.



Pedro Franco/Agência Senado

Gleisi: PT fará em março propostas para ajudar Brasil

Gleisi Hoffmann (PT-PR) informou na sexta-feira que o PT lançará em março um conjunto de propostas para ajudar o Brasil a sair da crise e permitir o resgate da economia do país.

Segundo ela, serão divulgados dois documentos. Um deles terá como prioridade a política de conteúdo local como forma de incentivo à produção de bens e serviços.

A senadora criticou o presidente Michel Temer, que, segundo ela, não apoia a indústria nacional, o que prejudica a geração de empregos e agrava a recessão. O setor de petróleo e gás natural é um dos que mais atingidos. Essa constatação é da Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), ressaltou Gleisi.



Pedro Franco/Agência Senado

Paim critica projeto sobre terceirização que está na Câmara

Em discurso no Plenário na sexta-feira, Paulo Paim (PT-RS) disse estar preocupado com a intenção de parlamentares das duas Casas do Congresso de aprovar um projeto sobre a terceirização que tramita na Câmara dos Deputados, o PL 4.302/1998, que já passou por análise do Senado.

Para ele, seria “malandragem” o fato de estarem querendo aprovar o projeto na Câmara, uma vez que ele elaborou relatórios sobre cinco outros projetos que tratam do tema no Senado.

O senador criticou o que considera tentativa de retirá-lo da relatoria depois de um ano de trabalho. Ele solicitou a tramitação conjunta dos projetos sobre terceirização em análise no Senado, mas a Mesa não autorizou.

Comissão revê tributos cobrados de agências franqueadas dos Correios

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) pode analisar projeto que tem por objetivo tornar mais clara a relação tributária das operações realizadas pelas agências franqueadas dos Correios. Originário da Câmara dos Deputados, o PLC 59/2016 define as atividades dos franqueados como auxiliares ao serviço postal, estipulando tributação de acordo com o percentual de venda dos produtos e serviços.

A medida afasta a possibilidade de tributação dos franqueados como se suas

atividades fossem de intermediação de negócios. Nesse caso, a carga tributária é mais pesada, inclusive em decorrência da cobrança do Imposto sobre Serviços (ISS) pelos municípios. A exigência já motivou repetidas ações judiciais, patrocinadas por associação de franqueados e pelos Correios.

O relator da matéria na CAE é Cidinho Santos (PR-MT). Depois dessa comissão, o projeto vai a Plenário, para a decisão final.

O autor do projeto, deputado Luiz Carlos Haully (PSDB-PR), salienta que a ausência

de uma definição sobre a natureza das atividades auxiliares relativas ao serviço postal tem de fato provocado uma sobrecarga tributária para as agências franqueadas. Segundo ele, essa situação pode provocar “a falência do setor e um desemprego em massa”.

O relator na Câmara, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), considerou um equívoco a aplicação do ISS, como se as franquias exercessem atividades de intermediação-, como é o caso dos corretores de imóveis.

Ministros debatem em audiência MP que prorroga contratos de concessão

Os ministros da Secretaria-Geral da Presidência da República, Moreira Franco, e dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Maurício Quintella, participam

amanhã, às 14h, de audiência pública para debater a medida provisória que trata da prorrogação ou relicitação de contratos de parceria nos setores rodoviário,

ferroviário e aeroviário.

A Medida Provisória 752/2016 autorizou a prorrogação e a relicitação de contratos de parceria dos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário que fazem parte do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), que é coordenado pelo ministro Moreira Franco.

Segundo o governo, a intenção é viabilizar novos investimentos no

setor de transportes. A prorrogação alcança as concessões em andamento. Já a relicitação será aplicada quando houver problemas na execução dos contratos de parceria.

De acordo com a MP, a prorrogação de contratos dependerá de condições como estudo técnico, avaliação prévia da administração pública, consulta popular, análise do Tribunal de

Contas da União (TCU) e cumprimento das metas vigentes.

A comissão mista de deputados e senadores que analisa a admissibilidade da MP 752/2016 planejou quatro audiências públicas nas próximas semanas. Essa será a primeira e servirá para o debate mais geral sobre a proposta. As outras três audiências terão enfoque nos modais de transporte.



Moreira Franco e Maurício Quintella vão falar sobre transportes



Tânia Régis/Agência Senado